



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

29ª Reunião da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho

Ata da ordem do dia 03 de junho de 2014

Brasília – DF

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

Ata da 29ª Reunião da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho

Data: 03/06/2014

Local: SAF Sul, Quadra 02, Bloco D, Térreo Sala de Reuniões, sala 102 – Ed. Via Esplanada – Sede da Nova Central Sindical dos Trabalhadores.

Aos três dias do mês de junho de dois mil e quatorze teve início a 29ª Reunião da Comissão Tripartite de Saúde e Segurança no Trabalho, sob a Coordenação do Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima, Representante do MTE. Estiveram presentes os seguintes participantes: Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira, Representante do MTE; Fernando Reis, Representante do MTE; Josenice Santos, Representante do MTE; Sonia Maria José Bombardi, Representante da FUNDACENTRO/MTE; Carlos Augusto Vaz de Souza, Representante do MS; Paulo César Andrade Almeida, Representante do MPS; Luís Sérgio Soares Mamari, Representante da CNC; Clovis Veloso de Queiroz Neto, Representante da CNI; Pedro Rocha, Representante da CNF; Plínio José Pavão de Carvalho, Representante da CUT; Armando Henrique, Representante da Força Sindical; Luis Antônio Festino, Representante da NCST; Philippe Gomes Jardim, Representante do MPT; Terezinha Reis, Representante do MS; Eduardo Batista de Queiroz, Representante da CNA; Robson Spinelli, Representante da FUNDACENTRO/MTE.

ABERTURA: O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima (Representante do MTE) inicia a reunião cumprimentando a todos e agradecendo a Nova Central Sindical de Trabalhadores que mais uma vez cedeu o espaço para a realização da reunião. Dá as boas vindas ao novo Diretor Técnico da FUNDACENTRO, Robson Spinelli, que agora está compondo a Bancada de Governo e solicita ao Coordenador da Bancada dos empregadores, Clovis Veloso, que apresente os demais membros da Bancada.

APROVAÇÃO DA ATA DA 28ª R.O. CT-SST

Com relação à aprovação da Ata da 28ª Reunião Ordinária, o Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima questiona se há alguma observação e esclarece que na nova versão da Ata já foi feita. O Sr. Clovis Veloso de Queiroz Neto (CNI) compreende que a Ata da 28ª Reunião Ordinária está de difícil leitura e que teria que fazer uma leitura da nova versão que foi colocada na pasta para verificar os demais erros ou inconsistências que permanecem. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima sugere deixar para aprovar a Ata na próxima reunião, inclusive disponibilizando a gravação da reunião para facilitar a leitura da mesma. O Sr. Armando Henrique (Força Sindical) solicita que seja feita uma correção na linha 215, onde é dito que reprovava a competência dos “S” do SESI, pois a sua

preocupação é que não passasse o enfoque de que a CTSST estaria dando uma conotação corporativista. O Sr. Clovis Veloso de Queiroz Neto exemplifica que as linhas 76 e 148 ainda possuem erros e o Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima esclarece que a diferença dessa Ata para a Ata da CTPP, é que esta é elaborada pelo Sr. Rogério que participa da Comissão tendo mais facilidade de filtrar o que foi dito, e a Ata da CTSST é feita por uma empresa contratada pelo MTE para gravação, degravação e Ata, que interpreta com base no que foi dito durante a reunião. O Sr. Carlos Augusto Vaz de Souza do Ministério da Saúde relata que a Sra. Terezinha Reis voltará a fazer a partir da próxima reunião o trabalho das Atas e propõe que a próxima Ata seja separada pelos tópicos de pauta destacando as principais questões que apareceram no debate e os encaminhamentos. Conforme consenso a Ata da 28ª R.O. deverá ser aprovada na próxima reunião. O Sr. Clovis Veloso de Queiroz Neto arrazoa que não identificou na Ata qual foi o desdobramento sobre a Minuta da Portaria para a formação do Comitê Executivo, do Grupo de Trabalho Gerencial e do Grupo de Trabalho Operacional da PNSST. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima explica que a Minuta não foi aprovada e que está sendo retomada a discussão na Bancada de Governo, sendo necessário será apresentada novamente para a Comissão.

APROVAÇÃO DA PAUTA DA 29ª R.O. CT-SST

O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima seguiu para a aprovação da pauta da 29ª R.O. e informa que receberam a proposta do Sr. Luis Antônio Festino de inclusão na pauta de informe sobre o grupo de transportes. Sem nenhuma observação com relação à pauta, a mesma é aprovada.

INDICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE INSTITUIÇÃO E DE COORDENADORES DE BANCADA

O Sr. Rinaldo Marinho pondera que a Coordenação da Comissão encaminhará ofício a todas as Confederações, Centrais, Ministérios e para a FUNDACENTRO, para confirmação das indicações atuais ou de indicação de novos representantes com o objetivo de republicação e atualização da Portaria de designação dos membros da CTSST. Observa ainda que a Portaria Interministerial não possui a previsão de suplência, apenas aborda a questão dos representantes das instituições, mas entende que podem realizar um acordo para ter a indicação do Suplente. Os participantes da reunião concordam manter a figura do Suplente. Sr. Rinaldo ressalta a necessidade da indicação formal de cada Bancada do seu Coordenador para que tenham certeza desse interlocutor tanto na Bancada de Empregadores, quanto na Bancada de Trabalhadores para os diálogos que serão feitos pela Coordenação da Comissão da Bancada de Governo. O Sr. Armando Henrique coloca que é

necessário haver um tempo limite para que a Bancada dos Trabalhadores possa indicar por escrito o representante, sugerindo até o dia 13 de junho. O Sr. Clovis Veloso de Queiroz Neto relata que solicitará que a Bancada decida em conjunto sobre a permanência do seu nome como Coordenador e caso haja alguma mudança, comunicará a Comissão. No caso dos representantes das instituições, informa que encaminhará os dados confirmados dos representantes, ressaltando que os representantes pela CNI são o Sr. Clovis Veloso de Queiroz Neto como Titular e a Sra. Sylvia Lorena como Suplente; pelo Sesi o Sr. Júlio como Titular e o Sr. José Luis como Suplente; pela CNF o Sr. Nicolino como Titular e o Sr. Magnus como Suplente; pela CNC o Sr. Luís Sérgio Soares Mamari como Titular e o Sr. Alexandre Marca como Suplente; pela CNA o Sr. Cristiano como Titular e o Sr. Eduardo como Suplente. Falta apenas a confirmação da CNT que será encaminhada. O Sr. Philippe Gomes Jardim (MPT) explana que embora o MPT não integre oficialmente nenhuma das Bancadas, mantém a indicação de seu nome como Titular e do Sr. Ronaldo Lira como Suplente. O Sr. Clovis Veloso de Queiroz Neto propõe que seja feita uma verificação no *site* do MTE para que sejam atualizadas todas as informações da Comissão.

REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DO PLANSAT

O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima segue para o próximo ponto de pauta sobre a revisão e atualização do PLANSAT e arrazoa que precisam saber qual é a situação em relação às Bancadas da discussão da revisão do PLANSAT. O Sr. Plínio José Pavão de Carvalho (CUT) discorre que a Bancada já realizou o esclarecimento a respeito de algumas dúvidas e disponibilizaram o arquivo que trabalharam e intui que fosse interessante conhecer a proposta da Bancada dos Empregadores, porque a Bancada dos Trabalhadores está em desvantagem na discussão por não ter tido o acesso a proposta dos empregadores. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima pondera que a proposta de encaminhamento é que seja realizada uma breve apresentação para todos conhecerem o que está sendo colocado pelas bancandas ou dirimir alguma dúvida, com uma discussão mais detalhada sobre o texto sendo remetida a um grupo de trabalho a ser criado. O Sr. Plínio José Pavão de Carvalho informa que a Bancada dos Trabalhadores apresentou a proposta com a sugestão de que em um primeiro momento fossem discutidas apenas as ações e as estratégias do Plano. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima questiona se a Bancada Patronal possui alguma dificuldade em relação à proposta de encaminhamento e o Sr. Clovis Veloso de Queiroz Neto articula que não existem problemas de seguir a proposta dos trabalhadores e sugere que os itens que as três Bancadas pedem a exclusão, já fossem excluídos para facilitar o trabalho. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima

90 articula que junto com a proposta de revisão a Bancada de Governo se reuniu e estabeleceu cinco
91 ações prioritárias para o Governo e compreende que seria interessante as demais Bancadas
92 realizarem a análise das ações que entendem serem prioritárias na leitura que será feita. Com
93 relação à Estratégia 1.1, postula que os Trabalhadores propõem como Ação 1.1.1 “*Fazer o*
94 *levantamento das diversas situações existentes celetistas (estatutários nas três esferas, informais,*
95 *autônomos, terceirizados, trabalhadores em cooperativas) e quais os mecanismos disponíveis e*
96 *possíveis para cada uma das situações, visando à elaboração dos dispositivos legais*” e como Ação
97 1.1.2 “*Elaborar propostas específicas por setor de atividade econômica*”. O Governo propõe uma
98 simplificação, “*Definir princípios comuns de SST para todos os trabalhadores*” e os Empregadores
99 propõem “*Definir princípios comuns de segurança e saúde no trabalho, para todos os*
100 *trabalhadores formais ou informais, estatutários e autônomos*”. O Sr. Plínio José Pavão de
101 Carvalho observa que a Ação 1.1.1, assim como outras ações na forma que foram colocadas
102 originalmente no PLANSAT, não são propriamente ações, parecem muito mais intenções. O Sr.
103 Rinaldo Marinho Costa Lima segue para a Estratégia 1.2, em que os Trabalhadores estão propondo
104 que a Ação 1.2.1 seja “*Acompanhar o desenvolvimento do SIASS e a ampliação do modelo para as*
105 *três esferas de Governo*”. As três Bancadas possuem a mesma proposta de redação, observando
106 apenas que o Governo propõe uma alteração no prazo, passando a ser uma atividade permanente. O
107 Sr. Carlos Augusto Vaz de Souza sugere que as propostas que tenham consenso sejam marcadas
108 para facilitar a deliberação. Seguindo pela Estratégia 1.3 os Trabalhadores propõem como Ação
109 1.3.1 “*Colaborar com o processo de construção das Conferências de Emprego e Trabalho Decente,*
110 *ênfatisando as questões de SST*” e o Governo “*Fazer acompanhamento das questões relacionadas*
111 *à SST na Agenda Nacional do Trabalho Decente e Plano Nacional de Emprego e Trabalho*
112 *Decente*”. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima esclarece que a Conferência é um instrumento de
113 implementação e de debate sobre a Agenda e o Plano e que os Empregadores fizeram referência
114 apenas ao Plano e não à Agenda. Na Ação 1.3.2, os Trabalhadores propõem “*Fazer a avaliação da*
115 *primeira Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, propor novo modelo, tendo em*
116 *vista não ter funcionado*”, o Governo “*Fazer o acompanhamento das deliberações relacionadas à*
117 *segurança e saúde da primeira Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente*” e os
118 Empregadores “*Fazer o acompanhamento do monitoramento das propostas aprovadas por*
119 *consenso e especificamente relacionados à segurança e saúde no trabalho na Conferência*
120 *Nacional de Emprego e Trabalho Decente*”. Os trabalhadores propuseram acrescentar as ações

1.3.2a, “Resgatar as Resoluções da primeira Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente para implementá-las” e 1.3.2b “Resgatar as propostas sistematizadas nas etapas estaduais sobre saúde do trabalhador”. Os Empregadores solicitam a não inclusão dessas ações. Para a Ação 1.3.3, os Trabalhadores propõem “Apoiar e estimular o processo permanente de negociação entre Trabalhadores e Empregadores, visando à ampliação do trabalho decente com foco em SST, com base no princípio do diálogo social.”. O Governo e os Empregadores concordam com o texto do PLANSAT, “Estabelecer processo permanente de negociação entre Trabalhadores e Empregadores visando à ampliação do trabalho decente com foco em SST”. Na Ação 1.3.4, a proposta de Governo e dos Empregadores é excluir, porque entendem que já está contemplado na Ação 1.3.1, e os Trabalhadores propõem nova redação: “No âmbito do Plano Nacional do Emprego e Trabalho Decente, pautar a discussão da inserção da pessoa com deficiência e reabilitada no mercado de trabalho, pautando o debate em reunião ordinária da CTSST com a participação de especialistas nos temas”. Na Estratégia 1.4, Ação 1.4.1, o Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima relata que o Governo está propondo manter o texto, os Empregadores concordam e os Trabalhadores propõem “Levantamento dos problemas que levam a pouca efetividade das instâncias de controle social no âmbito dos estados e municípios e, em alguns casos, também do Governo Federal, e a partir do diagnóstico elaborar propostas para resolução dos problemas”. A Estratégia 1.5 possui a proposta de alteração dos Empregadores da mesma para: “Promoção da SST nas microempresas, empresas de pequeno porte e empreendimentos de economia solidária”, incluindo na redação as “empresas de pequeno porte”. Na ação 1.5.1, o Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima arrazoa que o Governo está propondo manter toda a redação das ações e os Trabalhadores estão propondo “Desenvolvimento de ações articuladas com BNDES, SEBRAE, entidades representativas de Trabalhadores e Empregadores, das micro e pequenas empresas e dos empreendimentos de economia solidária, para desenvolvimento de programa de saúde do trabalhador voltados para as MPE específicos para cada setor econômico”. Os Empregadores propõem: “Desenvolvimento de ações articuladas com BNDES, SEBRAE, entidades representativas de Trabalhadores e Empregadores, microempresas e empresas de pequeno porte e dos empreendimentos de economia solidária para desenvolvimento de ações para promoção de SST”. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima pondera que, com relação às Ações 1.5.2 e 1.5.3, as Bancadas de Empregadores e Trabalhadores concordam em excluir e o Governo propõe manter e relata que possui uma observação dos Empregadores de como fazer a inclusão e a promoção de SST para os

Trabalhadores do MPE com o advento do e-Social. O Sr. Armando Henrique explana que gostaria de saber como está à intervenção da CTSST na elaboração do processo de implantação do e-Social e o Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima garante que o Ministério da Previdência Social e o Ministério do Trabalho e Emprego estão participando ativamente das discussões e fazendo a inclusão de eventos relacionados às normas de SST no e-Social. Dando seguimento a apresentação das propostas, o Sr. Carlos Augusto Vaz de Souza segue para a Estratégia 2.1. Refere que na própria Estratégia possui proposta dos Trabalhadores de inclusão de “*tendo por diretrizes os acordos, recomendações e Convenções Internacionais dos quais o Brasil é signatário*” e proposta dos Empregadores de “*Promoção de estudos da legislação trabalhista, sanitária, previdenciária e outras que se relacionem com a SST, e proposição da sua harmonização*”. Na Ação 2.1.1, relata que os Trabalhadores propõem “*Constituição de subgrupo da CTSST com assessoria especializada indicada por cada uma das Bancadas para estudar a legislação e elaborar proposta de harmonização*”, indicando ser uma ação prioritária. Informa que a proposta do Governo é manter a redação original e a dos Empregadores “*Realização de estudos de forma tripartite, visando à harmonização da legislação pertinente a SST*”. Na Ação 2.1.2, o Sr. Carlos Augusto Vaz de Souza articula que Trabalhadores propõem excluir, o Governo e os Empregadores propõem manter a redação original. Na Estratégia 2.2, Ação 2.2.1, o Governo e os Empregadores propõem manter, e Trabalhadores propõem alterar para “*Promover nos estados e municípios discussão em regime tripartite do modelo atual de regulamentação em saúde do trabalhador*”. Na Estratégia 2.3, a proposta dos Trabalhadores é “*Compromisso entre diversas áreas de Governo afetas ao tema SST de zelar pela manutenção da legislação harmonizada*” e dos Empregadores é “*Divulgação e harmonização com a legislação nacional, os acordos e convenções e recomendações internacionais subscritos pelo Brasil, nos assuntos relacionados à SST*”. Os Trabalhadores propõem a inclusão de uma Ação 2.3.2: “*Implementação de toda proposta de alteração/criação em qualquer das legislações afetas à SST discutida entre as áreas de Governo envolvidas com o tema e em processo Tripartite*”. Na Estratégia 3.1, ressalta que para a Ação 3.1.1 houve apenas a sugestão de alteração do termo “sob consulta” por “de forma” pelos Empregadores. Na Ação 3.1.2, o Governo apenas retirou o termo “proposição”. Os Trabalhadores propõem outra redação: “*Realizar oficina com os componentes da CTSST para formulação e proposição de diretrizes e normas que articulem as ações das várias esferas de competência, inclusive fiscalização e reconhecimento de benefícios previdenciários decorrentes dos riscos ambientais do trabalho*”. Os Empregadores propõem

183 *“Formulação de diretrizes e normas para as ações de fiscalização, com base no reconhecimento*
184 *dos benefícios previdenciários concedidos, decorrentes dos riscos ambientais do trabalho.”.* Na
185 Ação 3.1.3 discorre que as sugestões foram todas na mesma linha e na Ação 3.1.4 indica que
186 Governo e Empregadores mantêm a redação original e que os Trabalhadores colocaram pontos de
187 interrogação. O Sr. Plínio José Pavão de Carvalho explica que os pontos de interrogação são para
188 ter explicações do que exatamente significam Comissões setoriais e intersetoriais relacionadas à
189 SST em todos os níveis e o Sr. Carlos Augusto Vaz de Souza ilustra que a ideia foi ter a perspectiva
190 de fortalecer a participação dos três Ministérios e dos Trabalhadores e Empregadores em espaços
191 como os Conselhos de Saúde e as Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador nas três esferas
192 de gestão. Seguindo para a Ação 3.1.5, relata que tanto Trabalhadores, quanto Governo, tem a
193 mesma proposta: *“Fomentar a integração de ações interinstitucionais nos estados e municípios”.*
194 Os Empregadores propõem excluir essa ação, por entenderem estar abrangida na Ação 3.1.4. Na
195 Ação 3.1.6, os Trabalhadores sugerem *“Criação de projeto piloto de fiscalização articulada do*
196 *MTE e da vigilância em saúde do trabalhador, em regime/local de alto índice de sinistralidade”*, o
197 Governo *“Articulação entre a fiscalização do MTE, a vigilância em saúde do trabalhador e*
198 *Ministério da Fazenda, priorizando setores de maior sinistralidade”* e os Empregadores
199 *“Articulação entre a fiscalização do MTE com a vigilância em saúde do trabalhador, priorizando*
200 *setores de maior sinistralidade”.* Na Ação 3.17, a proposta dos Trabalhadores é *“Realização de*
201 *análises dos acidentes de trabalho e doenças relacionadas ao trabalho, priorizando os graves e*
202 *fatais, com a participação de especialistas e representação de Trabalhadores, Empregadores e*
203 *outros Atores sociais”*, o Governo apenas incluiu as doenças relacionadas ao trabalho e os
204 Empregadores alteraram para *“..., com a participação de representantes de trabalhadores e*
205 *empregadores”.* Na Ação 3.1.8, o Sr. Carlos Augusto Vaz de Souza pondera que Governo e
206 Empregadores mantêm a redação original e os Trabalhadores propõem alterar para *“Fiscalização,*
207 *controle e promoção da qualificação dos serviços de SST, de forma articulada entre o MTE e a*
208 *vigilância em saúde do trabalhador, nas instituições e empresas públicas e privadas”.* Na Ação
209 3.1.9, houve propostas de alteração dos Trabalhadores e do Governo, e os Empregadores propõem a
210 exclusão, por entenderem estar contemplada na Ação 3.1.4. Na Ação 3.1.10, o Governo propõe
211 manter a redação, os Trabalhadores propõem alterar para *“Articulação da CTSST com MPS, MTE e*
212 *MS para fundamentação das ações regressivas”* e os Empregadores acrescentam no final do texto
213 original *“dando ciência a CTSST”.* Na Ação 3.1.11, o Governo mantém a redação, os

214 Trabalhadores acrescentam no final “*considerando o saber do trabalhador*” e os Empregadores
215 questionam a existência de previsão legal. Na Ação 3.1.12, o Governo e os Empregadores mantêm a
216 redação, embora os Empregadores questionem quais são os fatores psicossociais, e os
217 Trabalhadores propõem alterar para “*Elaboração de políticas de reabilitação física e psicossocial*
218 *articuladas com as ações de prevenção*”. Na Ação 3.1.13, o Governo mantém a redação e os
219 Empregadores propõem alterar para “*Reabilitação profissional custeada pela União*”. O Sr.
220 Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira (MTE) segue com a apresentação da Estratégia 4.1, sendo que
221 para a Ação 4.1.1, a Bancada de Empregadores mantém a redação, e as Bancada de Governo e de
222 Trabalhadores sugerem “*Identificar a partir de dados epidemiológicos as ocupações e setores*
223 *econômicos de maior risco de adoecimentos e de acidentes*”. Na Ação 4.1.2, as Bancadas de
224 Trabalhadores e de Governo concordam alterar para “*Definir medidas efetivas para promoção da*
225 *saúde e prevenção de risco, nas atividades identificadas como de maior risco*”, sendo que o
226 Governo sugere a alteração do prazo para médio, enquanto a Bancada de Empregadores propõe
227 “*Estabelecer discussão sobre que medidas de prevenção deverão ser implantadas nas atividades*
228 *laborais de alto risco priorizadas*”. Na Estratégia 4.2, na Ação 4.2.1, houve consenso em alterar
229 para: “*Implementar experiências piloto com foco na promoção de saúde e prevenção de riscos*”.
230 Houve consenso para a exclusão da Estratégia 4.3. Na Estratégia 4.4, o Sr. Alexandre Furtado
231 Scarpelli Ferreira explana que na Ação 4.4.1 existe a concordância das três Bancadas com a redação
232 original: “*Estabelecimento e divulgação de listagem nacional de substâncias carcinogênicas*”. Na
233 Ação 4.4.2, os Trabalhadores propõem manter a redação original, a Bancada do Governo fez apenas
234 a sugestão de alteração do prazo para médio, e a Bancada de Empregadores propõe alterar para
235 “*Definição de fatores de risco e agentes nocivos a serem listados nas atividades laborais de alto*
236 *risco*”. Na Ação 4.5.1 da Estratégia 4.5 as Bancadas de Governo e de Trabalhadores propõem
237 manter a redação e a Bancada de Empregadores propõe alterar para “*Fiscalização da conformidade*
238 *de máquinas e equipamentos importados à regulamentação nacional de SST, na entrada no país,*
239 *em articulação com MDIC e Receita Federal do Brasil*”. Na Ação 4.5.2 houve consenso para a
240 manutenção da redação. O Governo sugere a inclusão de uma nova Ação (4.5.3) “*Estabelecer*
241 *mecanismos para a certificação da adequação de máquinas e equipamentos às regulamentações de*
242 *SST*”, que foi aprovada pelas Bancadas de Trabalhadores e de Empregadores. Na Ação 5.1.1 da
243 Estratégia 5.1, as Bancadas de Trabalhadores, de Empregadores e do Governo concordam com a
244 nova redação: “*Estabelecer acordos de cooperação entre órgãos governamentais para propiciar o*

245 *acesso aos diversos bancos de dados*”. Na Ação 5.1.2, as Bancadas de Trabalhadores,
246 Empregadores e do Governo concordam com a redação original. Na Ação 5.2.1 da Estratégia 5.2,
247 relata que a Bancada de Trabalhadores sugere “*Disponibilização de acesso à sociedade às*
248 *informações de SST em todos os níveis nos termos da Lei 12.527/2011*” e as Bancada de Governo e
249 de Empregadores concordam com o texto original. Na Ação 6.1.1 da Estratégia 6.1, lembra que a
250 NR de Gestão em SST está em Consulta Pública e acredita que seja um consenso. O Sr. Plínio José
251 Pavão de Carvalho observa que o texto que foi colocado em Consulta Pública não explana sobre a
252 gestão de SST. O Sr. Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira postula que na Ação 6.1.2 existe
253 consenso e na Ação 6.1.3 a Bancada de Trabalhadores colocou algumas interrogações, a Bancada
254 de Governo sugere a exclusão, justificando que a NR1 está seguindo outras normatizações nacionais
255 e internacionais, além do risco de alteração da NBR18.801, e a Bancada de Empregadores concorda
256 com a exclusão. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima arrazoa que foi discutido na CTPP e no Grupo
257 de Estudo Tripartite a apresentação do texto da NR1 antes de ir para a Consulta Pública. O Sr.
258 Alexandre Furtado Scarpelli Ferreira segue para a Ação 6.1.4, relatando que a Bancada de
259 Trabalhadores sugere a manutenção e o Governo e os Empregadores concordam em excluí-la pelo
260 fato de já estar contemplada na Ação 1.2.1. Os mesmos posicionamentos foram colocados na Ação
261 6.1.5. Na Ação 6.1.6 explana que existe consenso entre as Bancadas na manutenção do texto e na
262 Ação 6.2.1 as Bancadas de Governo e de Empregadores querem excluir e os Trabalhadores sugerem
263 manter o texto original. Na Ação 6.3.1 da Estratégia 6.3, os Trabalhadores propõem
264 “*Aperfeiçoamento do FAP*”, o Governo propõe manter a redação original e os Empregadores
265 propõem “*Acompanhamento da CTSST no processo de aperfeiçoamento do FAP*”, com base no
266 entendimento expresso pelo Sr. Clovis Veloso de Queiroz Neto de que a discussão relacionada ao
267 FAP pertence ao Conselho Nacional da Previdência Social. Na Ação 6.3.2 os Trabalhadores
268 propõem “*Criação de grupo de trabalho tripartite para discutir outras propostas de estímulo e*
269 *investimentos em prevenção para os setores público e privado*”, enquanto que os Empregadores e o
270 Governo concordam com o texto original. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima relata que nas Ações
271 6.3.3, 6.3.4 e 6.3.5 a proposta dos Trabalhadores é de exclusão; a proposta de Governo é incluir “...,
272 *priorizando as atividades de alto risco*” e alterar o prazo para médio na primeira; e acrescentar
273 “*linhas de crédito*” na segunda e na terceira; a proposta dos Empregadores é de manutenção da
274 primeira como se encontra e de concordar com a proposta do Governo nas outras duas. O Sr. Plínio
275 José Pavão de Carvalho esclarece que estão sugerindo a exclusão por entenderem que com a criação

276 do Grupo de Trabalho na Ação 6.3.2 todas as demais ações seriam discutidas nesse âmbito. O Sr.
277 Rinaldo Marinho Costa Lima segue para a Estratégia 7.1 e discorre que possui uma proposta de
278 alteração da Bancada dos Trabalhadores que seria: *“Inclusão de conteúdos relativos à realidade do*
279 *mundo do trabalho e as implicações da relação saúde-trabalho no ensino fundamental e médio da*
280 *rede pública e privada”*. Na Ação 7.1.1 os Trabalhadores propõem *“Articulação com o Ministério*
281 *da Educação e com o Conselho Nacional de Educação para regulamentar e viabilizar a inclusão”*
282 e Governo e Empregadores não propuseram alterações. Na Ação 7.1.2 o Governo e os
283 Empregadores não fizeram proposta de alteração e os Trabalhadores sugeriram a *“Constituição de*
284 *grupo tripartite para organização de oficina e definição de diretrizes a partir dos resultados dela”*.
285 Na Ação 7.1.3 houve consenso das Bancadas em manter o texto atual. Na Estratégia 7.2 e Ações
286 7.2.1 e 7.2.2 os Trabalhadores propuseram alterações semelhantes às propostas na Estratégia 7.1 e
287 Ações 7.1.1 e 7.1.2. Na Ação 7.3.1 da Estratégia 7.3 os Trabalhadores igualmente propõem a
288 inclusão do Conselho Nacional de Educação. Não foram propostas alterações para as Ações 7.3.2 e
289 7.3.3. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima refere que na Ação 7.4.2 da Estratégia 7.4 os
290 Trabalhadores sugerem a inclusão do DIEESE e do DIESAT. Informa que nas Estratégias 8.1, 8.2 e
291 8.4 não houve nenhuma sugestão de alteração e que na Ação 8.3.2 existe apenas a proposta do
292 Governo de alteração do prazo para médio. Finalizando a apresentação abre a palavra para os
293 comentários das Bancadas. O Sr. Plínio José Pavão de Carvalho observa que a Ação 2.1.2, que trata
294 da questão da criação da página oficial na rede mundial, em que estão propondo a exclusão, terá que
295 ser revista por não estar contemplada em lugar nenhum. Sem mais nenhum comentário, o Sr.
296 Rinaldo Marinho Costa Lima segue para estabelecer o formato do Grupo de Trabalho que tentará
297 construir o consenso para a avaliação na Comissão. Arrazoa que estão propondo que sejam três
298 integrantes de cada Bancada para conseguir contemplar os três Ministérios e propõe a data do dia 09
299 de julho para a definição das indicações. Sugere que a primeira reunião do Grupo seja no dia 22 de
300 julho. Após alguns debates entre os membros da Comissão, decidem marcar a primeira reunião do
301 GT da revisão do PLANSAT para o dia 24 de julho. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima relata que
302 gostaria que nessa data as Bancadas trouxessem uma relação de ações prioritárias e o Sr. Carlos
303 Augusto Vaz de Souza comunica que as ações definidas pelo Governo como prioridades são: Ação
304 3.1.12 sobre o fortalecimento das políticas de reabilitação física e psicossocial articuladas com as
305 ações de prevenção; Estratégia 5.1 que trata do acesso a informação; Ação 4.4.1 que trata do
306 estabelecimento da divulgação da listagem nacional de substâncias carcinogênicas; Estratégia 7.1

307 que trata da formação; e Ação 2.1.1 que trata da realização dos estudos visando a harmonização e
308 aperfeiçoamento da legislação.

309 **AGENDA 2014**

310 No ponto de pauta sobre a Agenda 2014 da CTSST o Sr. Rinaldo Marinho sugere ter mais duas
311 reuniões, uma em agosto e outra em novembro e o Sr. Armando Henrique propõe que seja retomada
312 a intercalação de São Paulo e Brasília. Os membros da Comissão aprovam a data do dia 14 de
313 agosto para a próxima reunião da CTSST em São Paulo e dia 06 de novembro em Brasília.

314 **INFORMES**

315 O Sr. Robson Spinelli relata que a Presidenta da FUNDACENTRO, Sra. Maria Amélia, manifestou
316 um grande interesse na participação e integração da FUNDACENTRO nas ações que foram
317 previstas no Plano.

318 O Sr. Luis Antônio Festino informa que a questão dos transportes vem sendo discutida desde
319 setembro do ano passado, quando tentaram aprovar na Câmara a toque de caixa a modificação da
320 Lei que trata do exercício da profissão de motorista. Acredita que passará pelas propostas o
321 aumento de jornada acima da legislação, redução do tempo de descanso, diminuição da
322 remuneração do tempo de espera, o aumento de tonelagem de caminhões, sendo que a questão do
323 eixo dos caminhões entra no tema do pedágio, e criação do motorista auxiliar através de um TAC
324 sem veículo empregatício. Entende que deve haver mudança na Lei, mas não do jeito que está sendo
325 colocado, pois será um retrocesso aos dois anos da Lei. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima
326 agradece pela informação e discorre que é um assunto que preocupa a todos e que deve ser
327 acompanhado de perto. Comunica que a ausência da representação da UGT e do Sr Walcir Previtalo
328 Bruno da CUT foram justificadas.

329 A Sra. Sonia Maria José Bombardi (FUNDACENTRO) informou que, dando continuidade às ações
330 do grupo de inserção de conteúdos de SST nos níveis de ensino, realizaram uma reunião em março
331 na FUNDACENTRO, em que foi rediscutido o programa da Oficina que já havia sido divulgado.
332 Relata que propuseram a data de 12 e 13 de agosto para a realização da Oficina e que a
333 FUNDACENTRO está à disposição para a realização do evento. O Sr. Plínio José Pavão de
334 Carvalho entende que deveriam formar a organização da Oficina com uma pessoa de cada Bancada
335 e lembra que a Sra. Cláudia (CUT) e a Sra. Soraya (MS) ficaram responsáveis anteriormente pela
336 elaboração de um pré-programa. O Sr. Armando Henrique sugere convidar o Professor Corão que
337 faz parte do Conselho Nacional de Educação. A Sra. Sonia Maria José Bombardi pondera que a

338 programação foi enviada para todos, mas informa que de qualquer forma as Bancadas terão que ser
339 consultadas se mantêm ou não as suas indicações. O Sr. Clovis Veloso de Queiroz Neto entende que
340 o problema vivido pela Bancada de Trabalhadores é o mesmo problema que foi identificado na
341 Bancada dos Empregadores, pois algumas pessoas que foram indicadas para tratar alguns assuntos
342 na Oficina não estão mais nas entidades, e relata que devem refazer essas indicações. A Sra. Sonia
343 Maria José Bombardi comunica que enviará para todos os membros a programação que foi
344 discutida, para que dêem as suas sugestões e indiquem as pessoas que participarão da Oficina e do
345 grupo, porque não necessariamente serão as mesmas. O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima ressalta
346 que os pontos focais são a Sra. Sonia Maria José Bombardi e o Sr. Plínio José Pavão de Carvalho. O
347 Sr. Clovis Veloso de Queiroz Neto e o Sr. Carlos Augusto Vaz de Souza relembra que devem ser
348 definidos o mais cedo possível quem são os palestrantes de fora de São Paulo para que possam
349 viabilizar as passagens.

350 No ponto de pauta sobre a 4ª CNSTT o Sr. Carlos Augusto Vaz de Souza ressalta que a Conferência
351 Nacional de Saúde e os Conselhos de Saúde são os espaços principais de controle social do SUS.
352 Pondera que a saúde do trabalhador sempre foi um tema estritamente ligado à própria origem do
353 Sistema Único de Saúde, então a 1ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador aconteceu
354 conjuntamente com VIII Conferência Nacional de Saúde, que depois originou todo o capítulo da
355 saúde na Constituição Federal, incluindo as ações de saúde do trabalhador, tendo uma importância
356 histórica. A 2ª CNST foi realizada em 1994 e a 3ª CNST em 2005. E a 4ª CNSTT, deliberada pelo
357 Conselho Nacional de Saúde para o ano de 2014, terá o foco no papel do SUS também articulando
358 com os outros atores governamentais. Arrazoa que a Conferência possui três etapas, as
359 macrorregionais, as Conferências Estaduais e a Conferência Nacional, e que foram montadas quatro
360 Comissões que são: Organizadora, Executiva, Comunicação e Mobilização e a de Formulação e
361 Relatoria. Informa que possuem uma agenda das Comissões e das reuniões mensais da Comissão
362 Organizadora. O Sr. Carlos Augusto Vaz de Souza destaca que a CNC está participando da
363 Comissão de Formulação e Relatoria dando ótimas contribuições e informa que todas essas
364 informações e outras podem ser encontradas no *site* do Conselho Nacional de Saúde. Postula que as
365 Conferências Macrorregionais teriam um prazo regimental para acontecer até o final de maio, mas
366 alguns Estados tiveram situações específicas e fizeram demanda a Comissão Organizadora que
367 deliberou ainda pela realização de algumas Conferências Macrorregionais em junho. As
368 Conferências Estaduais têm prazo regimental até o final de junho para serem realizadas, sendo que

369 apenas a Bahia não poderá realizar no prazo por uma série de questões, inclusive financeira. A etapa
370 nacional da 4ª CNSTT terá o total de 1.216 participantes, sendo 88 convidados e o restante
371 delegados com direito a voto.

372 O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima informa sobre a Audiência Pública realizada na Comissão de
373 Assuntos Sociais do Senado sobre a proposta de anteprojeto de Lei sobre segurança e saúde do
374 servidor público que foi elaborado por um conjunto de profissionais. Relata que havia uma
375 demanda durante a Audiência para que o Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho
376 coordenasse os trabalhos da elaboração desse Projeto de Lei, que vai regulamentar o direito a
377 redução dos riscos inerentes ao trabalho no serviço público, por meio de normas de higiene, saúde e
378 segurança, que é garantido, no Inciso XXII do Artigo 7º da Constituição para todos os
379 trabalhadores. Explana ser essa demanda relacionada ao Objetivo 1 do PLANSAT, que trata da
380 elaboração e aprovação de dispositivos legais para os trabalhadores do serviço público nas três
381 esferas de Governo e ao Objetivo 6, que trata do aperfeiçoamento dos regulamentos, instrumentos e
382 estruturas relacionadas à gestão de segurança e saúde no trabalho. Arrazoa que responderam que o
383 Departamento não se manifestaria ou não coordenaria esse processo sem trazer o assunto para as
384 instâncias tripartites.

385 O Sr. Rinaldo Marinho Costa Lima informa que essa é a última reunião sob coordenação do
386 Ministério do Trabalho e Emprego, pois o Ministério da Saúde assumirá na pessoa do Sr. Carlos
387 Augusto Vaz de Souza a Coordenação a partir da próxima reunião. Agradece a equipe do Ministério
388 que lhe deu apoio no período que esteve na Coordenação.

389 **ENCERRAMENTO:** Não havendo mais nenhuma manifestação, o Sr. Rinaldo Marinho Costa
390 Lima agradece a presença de todos e encerra a reunião.